



TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DA PONTE DO LARGO MANOEL SANTOS.

1 – DESCRIÇÃO DO OBJETO

O objetivo específico deste termo de referência é a **Contratação de Pessoa Jurídica para Serviços de Engenharia para a obra de Requalificação da Ponte do Largo Manoel Santos**, localizada no Bairro Centro no Município de Barra de Guabiraba conforme projetos básicos, memórias de cálculos, planilha orçamentária, e cronograma físico-financeiro anexo ao Plano de Trabalho.

2 – JUSTIFICATIVA

A Ponte situada na área Central da Cidade, de intenso fluxo de veículos e pedestres, sendo este equipamento de extrema importância por fazer uma ligação direta entre o centro e os diversos bairros do município. Atualmente este equipamento não atende aos requisitos de segurança, quanto ao espaçamento do seu guarda corpo, iluminação, sinalização. A referida obra visa atender a recuperação/restauração de sua estrutura, devido a degradação de sua estrutura, causada pela oxidação (expansão de sua ferragem), provocando a degradação do concreto. Vale ressaltar que a intervenção proposta através do Plano de Trabalho, garantirá a restauração de sua estrutura e proporcionará uma maior vida útil ao equipamento, e atenderá aos requisitos de segurança aos motoristas e pedestres que por ali trafegam.

3 – DA LICITAÇÃO

A presente licitação deverá seguir os parâmetros da lei de licitações e contratos, a qual a modalidade fica a critério da comissão de licitações do município.

4 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor do investimento é de R\$ 150.155,49 (Cento e cinquenta mil cento e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove reais), recurso provenientes:



Os recursos estão dispostos na rubrica orçamentária:

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA
02	PODER EXECUTIVO
02.06	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
02.06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
15	URBANISMO
15 451	INFRAESTRUTURA URBANA
15 451 1501	INFRAESTRUTURA URBANA
15 451 1501 1013 0000	CONSTRUÇÃO, AMPL. E/OU REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
283 4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES
1.81.48 110.002	CONVÊNIOS DO ESTADO

5 – PRAZO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

O presente contrato terá vigência de 03 meses a partir de sua formalização.

6 – PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução do objeto contratual será de 60 dias (dois) meses, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço.

A empresa que venha a ser contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos propostos em seu cronograma físico financeiro, não podendo ultrapassar o prazo total de execução dos 02 (dois) meses. O não cumprimento dos prazos sujeitará a empresa às penalidades previstas em Lei.

7 – CONDIÇÕES DE GARANTIA

A empresa contratada deverá garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme artigo 618 do Código Civil Brasileiro.



8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação assumidas na licitação;

Quanto à execução dos serviços e responsabilidade técnica: Executar os serviços ora contratados, de acordo com os Anexos deste termo, nos prazos e condições pré-estabelecidos;

Facilitar a ação da Fiscalização, fornecendo informações ou provendo acesso à documentação e aos serviços em execução e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentadas;

Proceder à medição no período compreendido entre o dia 1º (primeiro) e o dia 30 do mês de competência e emitir os respectivos Boletins de Medição, entregando-os à CONTRATANTE a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês seguinte ao da medição;

Responder por qualquer dano ou prejuízo causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão de seus prepostos e/ou empregados, em decorrência da execução dos serviços previstos neste instrumento contratual;

Providenciar a retirada imediata de qualquer empregado seu, cuja permanência no local dos serviços seja considerada indesejável pela Fiscalização, sem ônus para o CONTRATANTE;

A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitada, a documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados;

Executar todos os serviços de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram o contrato, obedecendo rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT e do Edital, assim como as determinações da CONTRATANTE;

Facilitar a ação da Fiscalização na inspeção dos serviços, em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa, bem como os documentos comprobatórios que a Fiscalização julgar necessário;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do Contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações;

Remover todo entulho proveniente da obra;

Assumir os danos causados aos materiais retirados para posterior reinstalação;



Entregar a obra livre de quaisquer resíduos;

Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, medidos e faturados;

Acompanhar as medições dos serviços procedidas pela CONTRATADA, assinando os Boletins de Medição ou oferecendo, de imediato, as impugnações que julgar necessárias;

Notificar, por escrito, à CONTRATADA, defeitos e irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazos para sua correção;

Notificar, por escrito, à CONTRATADA, da aplicação de eventuais multas, de notas de débitos e da suspensão da prestação de serviços;

Observar o cumprimento por parte da CONTRATADA relativo a cessão de mão de obra.

10 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 – DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados por empresa de engenharia, conforme itens especificados na Planilha Orçamentária, nos anexos e neste Projeto Básico;

Ressaltamos que os serviços serão pagos apenas após a comprovação do cumprimento do item anterior conforme fiscalização e boletins de medições dos serviços efetivos executados e atestados pelo Fiscal da Secretaria de Obras e Serviços Públicos (engenheiro ou arquiteto);

A CONTRATADA deverá obedecer às leis, regulamentos e posturas a que abrange também as exigências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e de outros órgãos governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal, inclusive o Corpo de Bombeiros;

O material efetivamente inservível deverá ser disposto em bota-fora devidamente licenciado junto à Prefeitura e os demais resíduos não aproveitados, encaminhados para locais em operação pela Prefeitura;

Fica a CONTRATADA responsável pela integridade física das edificações na área de entorno imediato do empreendimento;



O projeto de sinalização das obras deverá ser elaborado de forma que esteja em consonância com as diversas atividades presentes, além de atender a dois princípios gerais:

- a) O máximo de segurança para os veículos, os pedestres e os trabalhadores;
- b) O mínimo de inconveniência para o público.

10.2 – DIÁRIO DE OBRA

A CONTRATADA deverá manter no Canteiro de Obra, desde o início dos serviços, um Diário de Obra (ou Livro de Ocorrências), no qual deverão ser observados todos os eventos ocorridos durante a execução dos serviços e entregue com cópias a Secretaria de Obras e Serviços Públicos para atesto periodicamente.

Serão obrigatoriamente registrados no Diário de Obra pela CONTRATADA:

- As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- As falhas nos serviços de terceiros não sujeitos a sua ingerência;
- As consultas à FISCALIZAÇÃO;
- As datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
- Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
- As respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO e outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devam ser objeto de registro.

Serão obrigatoriamente registrados no Diário de Obra pela FISCALIZAÇÃO:

- Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no Diário de Obra;
- Observações sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista os Projetos, Especificações, Prazos e Cronograma;
- Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA;
- Restrições que lhe parecem cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- Determinação de providências para o cumprimento do Projeto e Especificações e outros fatos que, a juízo da FISCALIZAÇÃO, devam ser objeto de registro.

10.3 – PROJETO

As especificações e os desenhos de cada Projeto deverão ser examinados com o máximo de cuidado pela CONTRATADA. As eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas junto à Secretaria de Obras e Serviços Públicos.



10.4 – EQUIPE TÉCNICA DA CONTRATADA

A CONTRATADA deverá indicar, mediante comunicação por escrito à FISCALIZAÇÃO, o nome do engenheiro responsável pelo andamento dos serviços como também a contratação de estagiário (s) (engenharia civil / arquitetura).

Deverá o engenheiro responsável ter experiência comprovada por ART fornecida pelo CREA na execução de obras de engenharia similares e estar no pleno uso de suas atribuições profissionais, conforme registro ou visto no CREA de Pernambuco;

O profissional credenciado para dirigir os trabalhos por parte da CONTRATADA deverá dar assistência diária à obra;

Se o responsável técnico ou qualquer integrante da equipe técnica da CONTRATADA não corresponder às exigências para a adequada condução dos trabalhos, poderá a FISCALIZAÇÃO exigir da CONTRATADA a sua imediata substituição, no interesse do serviço, sem que essa iniciativa implique em modificações contratuais;

Qualquer substituição, ou modificação da equipe técnica deve ser registrada no Diário de Obra.

10.5 – DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

Comprovação de que a licitante possua em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional(ais) de nível superior detentor de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA e/ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CATs), por execução a qualquer tempo, emitido(s) por qualquer uma das regiões do CREA e/ou CAU, e detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra e/ou serviço de características semelhantes ao objeto do presente certame, sendo considerado como parcela de maior importância técnica para os serviços, a presente planilha apresenta 50% dos quantitativos dos itens mais relevantes do projeto.

DESCRIÇÃO	UND	QUANT
GUARDA CORPO		
Guarda Corpo de Aço Galvanizado.	M	45

RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL	UND	QUANT
Recuperação estrutural.	M ²	33



CONCRETO	UND	QUANT
Concreto Fck=20 Mpa, Traço 1:2,7:3 (em massa seca de cimento/areia média/brita 1) – Preparado mecânico com Betoneira 600L.	M	1,5

ILUMINAÇÃO PÚBLICA	UND	QUANT
Poste em aço galvanizado de 4,0 metros de tubo quadrado .80x.80xGal CH16.	UND	7

LEI Nº 8.666, de 21 de junho de 1993

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

A comprovação do vínculo do profissional detentor do atestado técnico apresentado, será feita mediante cópia do contrato (registro no CREA e/ou CAU) e da Carteira Profissional, no caso de empregado da empresa, ou através de registro deste empregado como integrante do quadro permanente da licitante, comprovado através da Certidão de Registro de Quitação - CRQ, expedida pelo CREA e/ou CAU, ou ainda através da apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado no órgão competente, no caso de proprietário ou sócio, ou mediante apresentação de cópia do contrato de prestação de serviços firmado sob a égide da legislação civil, e caso dito contrato ainda não tenha sido firmado, por meio de declaração formal de contratação futura do profissional indicado, acompanhada de anuência deste.

Atestado de visita fornecido pela Secretária de Obras e Serviços Públicos ou por pessoa por ela indicada, de que a licitante visitou o local para execução do objeto desta licitação, antes da data da entrega dos envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta de preços, prevista no preâmbulo deste Edital, sendo, portanto, a data limite para realização da visita, até o dia anterior a abertura do certame licitatório.

As visitas poderão ser agendadas diariamente, das 08:00 às 13:00 horas na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, o agendamento poderá ser feito até um dia útil antes a data limite para a visita, observando-se que, a visita poderá ser feita até a data prevista neste subitem, o agendamento prévio solicitado pode ser realizado diretamente na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, localizada à Rua Miguel Teixeira de Carvalho, nº 74, Centro, Barra de Guabiraba-PE;

Caso a licitante não queira realizar a visita, deverá apresentar, com responsável técnico, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza e do escopo dos serviços, bem como das exigências ambientais, assumindo total responsabilidade por esse fato. Em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico de que não



utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Município de Barra de Guabiraba.

Declaração de disponibilidade imediata dos equipamentos, das máquinas e do pessoal técnico necessário à execução do objeto licitado.

11 – PROPOSTAS DE PREÇOS

As propostas de preços deverão ser redigidas no idioma português, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, impressas em papel timbrado da licitante, poderá ser apresentado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, por qualquer processo eletrônico, rubricadas em todas as folhas, devendo a última ser assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da licitante ou procurador, devidamente munido de instrumento de mandato que lhe confira poderes para tal, contendo indicações dos respectivos preços unitários e preço total.

A proposta de preços deverá ser elaborada, tendo como base as condições estabelecidas no presente Edital e demais anexos pertinentes.

Orçamento detalhado com a indicação dos respectivos preços unitários e total, obedecendo preferencialmente à sequência estabelecida pela planilha orçamentária que constitui os Anexos, devendo as especificações, unidades e quantidades dos serviços estarem rigorosamente idênticas às constantes daquela planilha, bem como deve ser informada o BDI utilizado na planilha.

As planilhas constantes da proposta deverão ser assinadas por quem de direito, nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 5.194/66.

Composição detalhada do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) utilizada para compor os preços ofertados discriminando despesas administrativas, despesas financeiras, tributos e rentabilidade, estando em conformidade com o Acórdão 2622/2013 – TCU.

Composição analítica dos Encargos Sociais:

Composição de custos de cada um dos preços unitários, formadores dos preços oferecidos, de forma clara, bem explícita e detalhada bem como apresentação detalhada de itens de cotação de mercado.

Deverão estar incluídos nos preços unitários, todos os custos com materiais, equipamentos, inclusive transportes, carga e descarga, mão de obra com seus respectivos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos, BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) e quaisquer outros encargos que incidam sobre a obra e serviços a serem executados até a entrega final da obra/serviço ao Município de Barra de Guabiraba.

A inobservância da disposição contida no subitem anterior ensejará a desclassificação da proposta.



Cronograma Físico-Financeiro para execução da obra, apresentado com programação de execução, em reais e percentuais, com destaque para os itens de maior significado no orçamento, datado e assinado pelo responsável técnico da licitante com indicação do número do seu registro no CREA.

Portanto a proposta deverá ser apresentada, em 02(duas) vias, da seguinte forma:

- 1) Carta de Apresentação da Proposta, contendo:
- 2) Preço Total proposto em algarismos e por extenso;
- 3) Declaração de que a proposta é válida por 90 (noventa) dias, contados a partir da abertura dos envelopes de Habilitação;
- 4) Declaração de que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, de qualquer natureza, bem como todas as incumbências;
- 5) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações disponíveis sobre esta licitação, e que se submete inteiramente às suas cláusulas e condições.
- 6) Planilha de Orçamento devidamente preenchida, obedecendo os limites máximos dos preços unitários e taxas fixados na Planilha Orçamentária;
- 7) Cronograma Físico-Financeiro para execução da Obra.

12 – DA MODALIDADE

A presente licitação deverá seguir os parâmetros da lei de licitações e contratos, a qual a modalidade fica a critério da comissão de licitações do município.

13 – DO VALOR GLOBAL ESTIMADO

O valor do investimento é de R\$ 150.155,49 (cento e cinquenta mil cento e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos).

O orçamento foi elaborado como base de preços unitários, a tabela do SINAPI. O BDI utilizado foi de 25,22% de acordo com o Acórdão nº 2622/2013.



No valor estimado estão inclusos equipamentos e material de escritório e todos os tributos e taxas incidentes, direta ou indiretamente, sobre o objeto da licitação, na forma e nas condições estipuladas pela legislação em vigor na data de celebração do mesmo.

14 – DAS SANÇÕES

Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de penalidades de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei;

Nos casos de inexecução parcial da obra ou serviços ou atraso na execução dos mesmos, será cobrada multa de 2% (dois por cento) do valor da parte não executada do contrato ou fase em atraso, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

O atraso na execução dos serviços, inclusive dos prazos parciais constantes do cronograma físico-financeiro, constitui inadimplência passível de aplicação de multa.

Ocorrida à inadimplência, a multa será aplicada pela CONTRATANTE, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

O valor da multa será descontado do faturamento e caso este seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante será convocada para complementação do seu valor no prazo de 05(cinco) dias a contar da data da convocação;

A licitante vencedora terá um prazo de 05(cinco) dias úteis, contado a partir da data de certificação da aplicação multa, para apresentar recurso à CONTRATANTE. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Procuradoria Municipal, que procederá ao seu exame.

Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pelo Secretário de Obras e Urbanismo, que poderá relevar ou não a multa.

Em caso de relevar a multa, a Secretaria de Obras se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo perdão da multa como nova ação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.



15 – DO REAJUSTE DE PREÇO

O valor contratual não sofrerá reajustes durante sua vigência.

16 – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados da apresentação da nota fiscal acompanhada de boletim de medição atestados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

17 – DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto, salvo autorização expressa do CONTRATANTE, que não excederá a 25% (Vinte e cinco por cento).

18 – DO BALANÇO PATRIMONIAL

Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

19 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Para a fiscalização deste objeto designam-se os Engenheiros Civis, os Senhores, Vinícius Tagore de Jesus Silva CREA-PE: 181876803-8 e Jéssica Maria da Silva Silveira CREA-PE: 181965269-6 lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ambos no cargo de Engenheiro Civil, na função de fiscalizar a referida obra.

Barra de Guabiraba, 18 de abril de 2022.

LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA WANDERLEY
Secretário de Obras e Serviços Públicos
Prefeitura de Barra de Guabiraba